

Tudo pelo simbólico: o pêndulo de Sarney

Brian Gould

"It's unlucky to be superstitious" ("Ser supersticioso dá azar" ou, mais literariamente,



"A superstição atrai o azar"), adverte Raymond Smullyan, espiritualoso e bem-humorado professor de Lógica na Universidade de Nova York, numa das muitas citações que salpicam o novo romance de Umberto Eco, O Pêndulo de Foucault.

A Semiótica — matéria que Eco leciona na Universidade de Bolonha — é o estudo dos sistemas de signos e símbolos. Em seu novo romance ele passeia livremente pelas áreas em que esses sistemas imbricam-se sobre e mesclam-se com a superstição: a cabala, a alquimia, as múltiplas seitas esotéricas e confrarias ocultas que proliferavam na Europa medieval.

"Os símbolos são importantes" garantiu, na quarta-feira, o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, ao procurar justificar a proposta de vender algumas mansões em Brasília ao mesmo tempo que admitia que o impacto dessas vendas sobre o déficit público seria insignificante.

Certamente tanto Smullyan quanto Eco, cada um na sua especialidade, concordariam com Costa Couto que os símbolos são, de fato, bastante importantes. Sem eles, nem a Lógica nem a Semiótica sequer existiriam.

O simbolismo a que se refere Costa Couto teria, porém, mais a ver com a su-

perstição do que com as disciplinas científicas lecionadas em Bolonha e Nova York. Houve um tempo em que, em toda a seriedade, um adepto da magia pronunciaria solenemente a palavra "abracadabra", plenamente convicto de que seu ato produziria um efeito visível, tangível, no mundo material.

Uma crença largamente disseminada em nossos dias ensina que basta pronunciar, desde que com a devida solenidade, a palavra "privatização" para que os números que compõem o déficit público logo comecem a se transformar em outros números, cuja leitura produzirá, por sua vez, uma sensação de leveza e bem-estar em todos quantos os observem.

Ora, o peso de uma empresa estatal nas contas nacionais é proporcional a seu déficit. Os investidores privados preferem comprar ações de uma empresa lucrativa do que de uma deficitária. Transformar uma estatal deficitária em superavitária requer, entre outras medidas, ajustes financeiros — como, por exemplo, saldar uma parcela substancial de sua dívida — que podem, a curto prazo, aumentar o déficit público em vez de reduzi-lo.

O ato de privatizar, desde que precedido pela devida preparação, poderá, certamente, ajudar a reduzir o déficit público em exercícios futuros.

Mas já não resta tempo ao governo Sarney para esse processo de preparação, nem lhe restam exercícios futuros. Só o que lhe resta, em matéria de privatização, é a fé na magia.

Brian Gould é jornalista da Gazeta Mercantil.

1 A GO 1989 GAZETA MERCANTIL